



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

Aos 19 dias do mês de dezembro de dois mil e treze, nesta cidade de São Paulo, na sala de reunião dos Conselhos da São Paulo Previdência - SPPREV, sito na Rua Bela Cintra, nº 657, 1º andar, às 10h00min horas, após prévia convocação, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da referida autarquia. Presentes a Sra. Maricler Real, Presidente do Conselho Fiscal, o Vice- Presidente do Conselho Fiscal, o Sr. Carlos Alberto Marinho, e os Conselheiros Titulares Antônio Dorival Gamba, Gustavo Ogawa, Maria Helena Vilchez Martin e Rosana Mitico Kitazume Kaneko. Os trabalhos foram declarados abertos pela Presidente do Conselho, fazendo parte da pauta os seguintes temas: Minuta da Ata 66ª Reunião Ordinária e Apreciação do Balancete de outubro de 2013. Inicialmente, a Ata da 66ª Reunião Ordinária foi aprovada e assinada por todos os Conselheiros. Sobre a questão do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, a Presidente do Conselho comunicou aos demais Conselheiros que, segundo esclarecimentos do Diretor de Administração e Finanças, o senhor Reinaldo dos Santos Lima, já foi solicitado, junto ao DER, uma reunião para acertar a questão da insuficiência financeira, havendo uma grande resistência por parte do DER, sob o argumento de que o problema seria da Secretaria de Planejamento. Prosseguiu a Presidente do Conselho Fiscal explicando que, ao final, depois de muito resistir, o DER marcou uma reunião com a SPPREV, com a presença de algum representante da Secretaria do Planejamento, para 14 de janeiro de 2014. Em seguida, foi sugerido pelo Conselheiro Antônio Dorival Gamba que seria importante para o conselho que a Auditoria Externa se manifestasse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

sobre a situação contábil da insuficiência do DER. Depois, a Presidente do Conselho Fiscal demonstrou profunda preocupação em relação à insegurança do sistema, tendo em vista a grande quantidade de pontos de vulnerabilidade apontados no relatório da auditoria de sistemas feito pela empresa Deloitte. Sobre a questão do sistema, a Conselheira Maria Helena Vilchez Martin afirmou que é necessária a existência de regras de sistema. O Conselheiro Gustavo Ogawa colocou que para sistematizar não é fácil, tendo em vista que cada funcionário tem uma especificidade. A Conselheira Maria Helena Vilchez Martin disse que as especificidades devem observar as carreiras e cargos, sendo que para o mesmo cargo não pode haver valores diferentes correspondentes ao padrão de vencimentos. O Conselheiro Gustavo Ogawa então ressaltou as ações judiciais. A Conselheira Maria Helena Vilchez Martin disse que para isso, existem códigos de vencimentos específicos para ação judicial. Segundo a referida Conselheira, aparentemente o sistema ainda não está estruturado com a segurança necessária para cadastrar corretamente o pagamento, bem como não vêm ocorrendo algumas atualizações de valores, a exemplo de incorporações de décimos e gratificações. O Conselheiro Antônio Dorival Gamba ressaltou que talvez falte gestão de informática, uma vez que o maior problema apresentado consiste no fato de não haver contingência para um *back up*. Diante disso, apenas a título de acompanhamento, o Conselho Fiscal solicitou que fossem dadas a conhecer, a este Conselho, eventuais providências que poderão ser tomadas pelo Conselho de Administração em relação aos resultados apontados pela Deloitte na auditoria de sistemas. Após, foram convidados os funcionários da Diretoria de Administração e Finanças, André Moura Robles, Marcos de Oliveira Campos, e Luana Aparecida Evangelista Agripino, para prestarem os esclarecimentos sobre o Balancete de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

outubro de 2013. Inicialmente, André, em nome de toda Diretoria de Administração e Finanças da SPPREV, agradeceu ao trabalho e auxílio de todos os membros do Conselho Fiscal. Em seguida, foi passada a palavra à Luana, que explicou sobre a parte relacionada à Previdência do Balancete. Segundo a mesma, no mês em análise, não houve grandes variações, sendo que a variação maior na folha foi decorrente do pagamento do 13º salário do Poder Executivo, principalmente o cômputo do pagamento do 13º salário das Universidades USP e da Unicamp. Em seguida, o Conselheiro Antônio Dorival Gamba apontou que no relatório de pensões e aposentadorias há os estoques de setembro e de outubro, verificando que as variações entre os meses de setembro e outubro das concessões diminuíram, questionando o motivo. André afirmou que verificará o que ocorreu, sugerindo que tal informação venha a ser incluída nos próximos relatórios. Ainda, sobre a questão do DER, o Conselheiro Antônio Dorival Gamba afirmou que o Conselho Fiscal precisa de uma segurança, ressaltando que seria interessante, por orientação deste Conselho, que a empresa de auditoria de contabilidade se manifestasse sobre a questão, ou perante este Conselho ou no próprio Relatório Final de Auditoria. Após, foi passada a palavra ao Marcos, que falou sobre a parte da Administração no Balancete de Outubro de 2013. Neste momento, o Conselheiro Antônio Dorival Gamba observou que a execução da administração está baixa. Marcos explicou que a previsão é para aumentar esta execução, sendo que a previsão é de aumentá-la até 82%, nas despesas de custeio. Em seguida, a Conselheira Rosana Mitico Kitazume Kaneko questionou sobre o ressarcimento de pessoal requisitado. Marcos explicou que esta dotação foi suplementada, quando se solicitou crédito suplementar, afirmando que, provavelmente, ela será totalmente utilizada. Marcos continuou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

explicando que, com relação à parte Administrativa, houve uma pequena variação da receita entre os meses de setembro e outubro. Na parte de execução de contratos, a principal variação foi em relação ao contrato do IDORT cuja execução foi de apenas 37%. Ainda, Marcos apontou que foi incluído, conforme solicitação do Diretor de Administração e Finanças, o demonstrativo de restos a pagar. O Conselheiro Antônio Dorival Gamba solicitou que fosse elaborado o relatório de contratos por elemento de despesa, assim ficaria mais fácil para analisar os contratos e suas respectivas execuções. O Conselheiro Antônio Dorival Gamba também questionou os motivos do contrato com o IMESP, para hospedagem de site, hospedagem de ambiente de homologação e hospedagem de ambiente de produção, bem como o contrato com a PRODESP, para guarda de dados do sistema, uma vez que a auditoria de sistemas identificou como falha a ausência de um plano de contingência, de um *back up*. Marcos disse que verificará com o pessoal de Tecnologia da Informação para poder esclarecer. Ainda, o Conselheiro Antônio Dorival Gamba apontou que, na parte de Previdência, a receita da Secretaria da Fazenda está menor do que as despesas, questionando se não deveria ser a mesma coisa. André esclareceu que a diferença é decorrente da transferência da suficiência financeira. O Conselheiro Carlos Alberto Marinho questionou se o recurso que consta na conta movimento da Previdência não deveria ficar aplicado. André então explicou que tal saldo existe porque, no final do mês, em regra no último dia do mês, são feitas algumas transferências de Obrigações de Pequeno Valor, e a depender do horário que é repassado, não é possível fazer qualquer aplicação, por isso fica na conta. Ainda, André ressaltou que estes valores são utilizados para pagamento de benefícios atuais, que não são corrigidos monetariamente, não havendo qualquer risco



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

em não aplicá-lo. Ao final, depois de esclarecidas as indagações dos Conselheiros e das informações prestadas, o Balancete da UG 202.601 – SPPREV- Previdência e das UG 202.602 e 202.684 – Administração da SPPREV, referentes ao mês de Outubro de 2013, foi considerado como adequadamente apresentados pelo Conselho Fiscal. Por fim, ficou agendada a próxima reunião deste Conselho para o dia 16 (dezesesseis) de dezembro, quinta-feira, às 10:00 horas, ficando desde já os presentes devidamente convocados. Às 11h30min horas, não havendo nada mais a ser tratado nesta reunião, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. E, para constar, eu, Paola Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo esta Ata que, após lida, achada conforme e aprovada, vai devidamente assinada pela Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Maricler Real
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Alberto Marinho
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Gustavo Ogawa
Conselheiro

Maria Helena Vilchez Martin
Conselheira



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

Rosana Mitico Kitazume Kaneko
Conselheira

Antônio Dorival gamba
Conselheiro

Paola S. Camargo
Secretaria do Conselho